

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.051 - AL (2018/0345888-0)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : **MARIO CELSON DOS SANTOS (PRESO)**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS**
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por MARIO CELSON DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas no julgamento do *writ* n. 0802943-96.2018.8.02.0000.

Depreende-se dos autos que o paciente encontra-se preso preventivamente, pela prática, em tese, do crime previsto no art. 121, § 2º, inciso VI, c/c o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Sustenta o recorrente a ocorrência de constrangimento ilegal, ao argumento de que estaria caracterizado o excesso de prazo para a formação da culpa e o apontado atraso não decorre de qualquer ato da defesa, o que corrobora a necessidade de sua liberdade.

Requer o provimento do recurso para que seja determinada a imediata colocação do recorrente em liberdade.

A liminar foi indeferida (e-STJ fls. 122-123).

As informações foram prestadas (e-STJ fls. 147-150).

O Ministério Público Federal, às fls. 157-158 (e-STJ), manifestou-se pela prejudicialidade do recurso.

É o relatório.

De fato, o presente recurso encontra-se prejudicado.

Isso porque, conforme informações prestadas pelo Tribunal de origem (e-STJ fls. 147-150), "*a audiência de instrução já fora realizada, bem como concedido prazo para apresentação de memoriais (fls. 314/315 do Processo nº 0711481-89.2017.8.02.0001)*" (e-STJ fl. 150).

Desse modo, ressalta-se que, com o encerramento da instrução criminal, a aventada ilegalidade fica superada, o que evidencia a perda do objeto do presente recurso, nos termos do entendimento consolidado no enunciado n. 52 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça:

"Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo."

Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR

DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. QUANTIDADE DE DROGA. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. SÚMULA N.52/STJ. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.

III - Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam que a liberdade do paciente acarretaria risco à ordem pública, notadamente se considerada a quantidade e variedade de entorpecentes apreendidos em seu poder (31,218 quilos de maconha), circunstância indicativa de um maior desvalor da conduta em tese perpetrada, bem como da periculosidade concreta do agente, a revelar a indispensabilidade da imposição da medida extrema. Precedentes.

IV - Conforme informações prestadas pelo Tribunal de origem, verifica-se que a instrução já foi encerrada e a ação penal encontra-se em fase de alegações finais, desde 11/02/2019, razão pela qual fica superada a alegação de excesso de prazo para a formação da culpa, nos termos do enunciado n. 52 da Súmula deste Tribunal.

V - A presença de circunstâncias pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de garantir a revogação da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese.

Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Habeas corpus não conhecido.

(HC 491.363/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe de 01/03/2019; sem grifos no original.)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E CORRUPÇÃO DE MENORES. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA. PERICULOSIDADE SOCIAL DO RÉU.

NECESSIDADE DA PRISÃO PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. ANDAMENTO REGULAR DO PROCESSO. CONSTANTE IMPULSO OFICIAL. INSTRUÇÃO CRIMINAL ENCERRADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 52 DO STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. RECURSO ORDINÁRIO IMPROVIDO.

1. Para a decretação da prisão preventiva é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria. Exige-se, mesmo que a decisão esteja pautada em lastro probatório, que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato (art. 312 do CPP), demonstrada, ainda, a imprescindibilidade da medida. Precedentes do STF e STJ.

2. Caso em que a segregação cautelar foi mantida pelo Tribunal impetrado em razão da periculosidade do recorrente, diante (i) do efetivo risco de reiteração criminosa, evidenciado pelo fato de o réu já responder a outras ações penais em curso, além de apresentar registros da prática de atos infracionais análogos ao tráfico de drogas, e (ii) das circunstâncias do flagrante, em que foi apreendida considerável quantidade de entorpecentes (299g de maconha e 46,27g de cocaína), uma arma de fogo, diversas munições, balança de precisão, aparelho celular e dinheiro em espécie. Prisão preventiva mantida, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. Precedentes.

3. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando evidenciada a sua insuficiência para acautelar a ordem pública.

4. O constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto.

5. No caso, verifica-se que já foram apresentadas as alegações finais, encontrando-se o feito conclusivo para sentença. Assim, com o encerramento da instrução criminal, fica superada a alegação de excesso de prazo para a formação da culpa, nos termos do enunciado n. 52 da Súmula desta Corte, segundo o qual Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo.

6. Recurso ordinário em habeas corpus a que se nega provimento.

(RHC 106.864/PB, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe de 20/02/2019; sem grifos no original.)

Ante o exposto, com fulcro, respectivamente, no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator